Monumenta - Revista Científica Multidisciplinar

Artigos

A expansão da favela no leste metropolitano do Rio de Janeiro

The expansion of slum in the Eastern metropolitan area of Rio de Janeiro

Renato Soares Paiva[1]

[1] Mestre em Geografia pela UERJ. Graduação em Geografia pela UERJ
✉ rspgeo2011@gmail.com

Palavras-chave:
Urbanização;
Metropolização;
Espaço;
Favela.

Resumo

O artigo analisa o processo de urbanização desigual na região leste metropolitana do Rio de Janeiro, com foco no município de São Gonçalo. Na introdução, evidencia-se a importância regional e populacional da cidade, destacando-se como cenário representativo da favelização metropolitana. O objetivo central é compreender a relação entre especulação imobiliária, agentes produtores do espaço urbano e a expansão das favelas, tomando a favela da Chumbada como estudo de caso. A metodologia baseia-se em levantamento bibliográfico, análise de dados do IBGE, mapas e documentos técnicos. No desenvolvimento, articula-se o embasamento teórico com autores como Santos, Lefebvre e Corrêa, para discutir como o capitalismo molda o espaço urbano, promovendo a segregação socioespacial. O artigo detalha o papel dos meios de transporte, a industrialização e a atuação seletiva do Estado como fatores-chave na formação da cidade e na exclusão de população de baixa renda. Uma análise histórica e espacial de São Gonçalo demonstra como a urbanização periférica é marcada pela autoconstrução e falta de infraestrutura. Conclui-se que a urbanização em São Gonçalo é resultado da lógica capitalista de valorização do solo, contribuindo para o avanço das favelas e consolidando um espaço urbano desigual, onde os investimentos públicos beneficiam prioritariamente as elites econômicas.

Keywords:
Urbanization;
Metropolization;
Space;
Favela.

Abtract

The article analyzes the process of uneven urbanization in the eastern metropolitan region of Rio de Janeiro, focusing on the municipality of São Gonçalo. The introduction highlights the regional and population importance of the city, which stands out as a representative scenario of metropolitan slumification. The central objective is to understand the relationship between real estate speculation, agents producing urban space, and the expansion of favelas, taking the Chumbada favela as a case study. The methodology is based on a bibliographic survey, analysis of IBGE data, maps, and technical documents. In the development, the theoretical basis is articulated with authors such as Santos, Lefebvre, and Corrêa to discuss how capitalism shapes urban space, promoting socio-spatial segregation. The article details the role of transportation, industrialization, and the selective action of the State as key factors in the formation of the city and the exclusion of lowincome populations. A historical and spatial analysis of São Gonçalo demonstrates how peripheral urbanization is marked by self-construction and lack of infrastructure. It concludes that urbanization in São Gonçalo is the result of the capitalist logic of land valuation, contributing to the advance of slums and consolidating an unequal urban space, where public investments primarily benefit the economic elites.

INTRODUÇÃO

O presente artigo está organizado em três seções que trazem para o debate a questão do espaço urbano e a moradia. Na primeira seção vamos abordar o espaço urbano e os seus agentes transformadores, relatando como as suas relações impactam na transformação do espaço geográfico. A estrutura criada ao longo do tempo para manter as bases capitalistas no espaço urbano serão abordadas, pois é de interesse buscar uma análise mais geral para entender uma porção do espaço que se encontra na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na segunda seção traremos o município de São Gonçalo que hoje possui cerca de 876.744 habitantes segundo dados do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística como uma importante cidade no contexto regional, assim como nacional, pois a fim de comparação, Amapá e Acre hoje tem quase a mesma quantidade populacional que a referida cidade como aponta o (IBGE, 2022). Nessa seção traremos a questão da metropolização e como se deu a urbanização ao longo do tempo, sabendo que ações efetivas por parte dos agentes como o Estado e os agentes imobiliários tiveram grande peso na organização do espaço.

Na terceira e última seção traremos como exemplo uma favela em São Gonçalo chamada de Chumbada, pois ela será nosso ponto de referência para entender as outras favelas, já que os meios de transporte e o eixo de formação urbana vão nos auxiliar na compreensão da formação do espaço com as favelas presentes tanto próxima ao principal eixo de circulação do município como distante dele.

DESENVOLVIMENTO

1 - A produção do espaço urbano no contexto do espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

O espaço urbano é produzido de maneira desigual dentro do sistema capitalista, refletindo relações humanas também desiguais. Enquanto os atores hegemônicos moldam o espaço com o objetivo principal de obter lucro, enxergando-o como valor de troca, os grupos de menor poder aquisitivo – que não estão excluídos, mas integrados na lógica capitalista – produzem o espaço tanto pelo valor de troca quanto pelo valor de uso.

Essa dualidade impacta a vivência urbana, pois, embora a elite dominante estabeleça padrões, a classe trabalhadora também participa desse processo. A materialidade do espaço, muitas vezes reduzida a uma visão pragmática e cartesiana, é estruturada segundo os interesses capitalistas, nos quais a busca incessante pelo lucro transforma as cidades em mercadorias.

Diante desse cenário, as classes mais pobres resistem diariamente à exploração e às desigualdades impostas pelo sistema. Para Santos (2004), a definição de espaço apresenta desafios, pois, na Geografia, é essencial considerar o espaço social, que abrange múltiplas dimensões espaciais.

As relações humanas conferem ao espaço uma variedade de significados, o que pode dificultar sua análise. O espaço geográfico, sempre em transformação, é resultado das interações entre formas e funções, refletindo processos históricos e sociais do passado e do presente. Trata-se de um campo de forças com evolução desigual, o que explica por que seu desenvolvimento ocorre de maneira diferenciada em distintos locais.

O espaço é um produto das relações humanas, manifestando-se por meio de formas que evidenciam mudanças conforme o lugar (Santos, 1993). A globalização intensificou essa dinâmica, especialmente nas grandes cidades, onde os fluxos de capitais, mercadorias e pessoas são constantes.

Para Moreira (2007) a abstração como característica humana derivada do mundo concreto, que, por sua vez, provém do trabalho. No entanto, ao priorizar o valor de troca sobre o valor de uso, a lógica capitalista transforma os objetos em mercadorias voltadas ao lucro e à acumulação de capital. A produção do espaço urbano, baseada no capitalismo, impacta as relações socioespaciais, resultando em cidades fragmentadas e influenciadas pelo capital.

Lefebvre (2008) define o espaço como algo mental e socialmente construído, rejeitando a visão cartesiana de um espaço neutro e parcelado. Para ele, o espaço deve ser compreendido de maneira integrada, articulando dimensões sociais, mentais, teóricas e práticas. Separar essas relações compromete a análise geográfica. As cidades, dentro desse contexto, são estruturadas pelo consumo, refletindo as desigualdades e contradições do sistema capitalista.

Desta maneira, as cidades estão intrinsecamente ligadas ao consumo, o que pode ser visto como uma armadilha, pois o espaço urbano não é neutro, mas reproduz e expande os valores da burguesia. O valor de troca torna-se um fetiche, gerando uma falsa consciência e perpetuando as relações sociais existentes. Moreira (2007) aponta que a matematização do pensamento afasta o corpo do espaço, resultando na "alienação da corporeidade", conceito também abordado por Lefebvre (2008). Esse distanciamento impede a compreensão plena do espaço e do corpo, tornando-os reféns do fetichismo do trabalho e do desejo de riqueza.

Além disso, o espaço se estrutura por meio de relações recíprocas e intercambiáveis, nas quais grandes empresas influenciam o Estado ou este age conforme os interesses corporativos. Diante desse cenário, torna-se essencial analisar o espaço em sua totalidade para uma compreensão mais profunda das dinâmicas socioespaciais.

A análise dos elementos do espaço ao longo do tempo permite compreender suas transformações. Embora esses elementos estejam interligados, são frequentemente estudados separadamente para uma melhor abordagem do todo. Para Santos (2008), a variação dos elementos no espaço deve ser analisada qualitativamente antes de uma abordagem quantitativa. Cada lugar atribui valores distintos aos elementos do espaço, refletindo as condições socioeconômicas locais e diferenciando as relações espaciais.

Assim, compreender o espaço geográfico exige uma visão integrada do contexto. Lefebvre (2008) argumenta que, embora as relações sociais pareçam separadas, elas estão interligadas. A separação entre proprietário de terra, empresário e trabalhador é, ao mesmo tempo, real e ilusória, pois todos fazem parte de um mesmo sistema de produção de riqueza. A ideologia reforça essa separação, naturalizando a organização socioeconômica e ocultando o papel central do trabalhador na sustentação da sociedade. Dessa forma, o salário é apresentado como rendimento, mascarando a verdadeira dinâmica da produção e distribuição da riqueza. A análise do espaço deve considerar a inter-relação entre seus elementos para concretizar abstrações. Quando esses elementos não são diferenciados, formam um sistema comandado pela classe dominante e interligado a subsistemas, caracterizando um sistema-mundo com relações tanto locais quanto globais.

Para Santos (2008), o espaço é um sistema complexo composto por redes de relações que sofrem interferências internas e externas. As frações do espaço são mais concretas, enquanto as relações globais

tendem a ser abstratas. No meio urbano, esse sistema se manifesta por meio da concentração de pessoas, capitais e informações, intensificando a dinâmica do espaço e influenciando a formação de regiões metropolitanas.

A estruturação do espaço urbano no Brasil tem raízes históricas na colonização portuguesa, que impôs o valor de troca como base da organização territorial. A Lei de Terras de 1850 oficializou a privatização da terra e excluiu ex-escravizados do acesso à propriedade, consolidando desigualdades socioeconômicas e favorecendo uma elite fundiária com grande influência política e econômica.

Essa estrutura clientelista perpetuou desigualdades e moldou a produção do espaço urbano, demonstrando que as relações atuais no meio urbano são heranças de um passado cristalizado no modo de produção capitalista (Maricato, 1996).

A análise da autora expande o entendimento na questão do desenvolvimento urbano a partir das bases ocidentais capitalistas, evidenciando como a concessão de terras impactou a organização do solo urbano. A estruturação fundiária passou por processos como as sesmarias, a Lei de Terras e a abolição da escravidão, resultando em um desenvolvimento desigual e na segregação socioespacial. A regulação do espaço seguiu padrões capitalistas, consolidando o modelo de lote quadrangular e ortogonal e criando leis que restringiram moradias fora desse padrão.

Para Santos (2004), o espaço é uma memória do construído, onde formas duráveis acumulam processos e técnicas ao longo do tempo. Elementos como forma, função, estrutura e processo são essenciais para compreender a organização espacial: a forma representa o visível, a função as atividades realizadas, a estrutura as relações entre as partes e o processo a continuidade dessas ações. A propriedade privada estabeleceu as bases do capitalismo urbano, onde a valorização do solo favorece as elites e exclui os menos favorecidos, forçando-os a ocupar regiões periféricas.

A produção desigual do espaço urbano reforça a necessidade de debater sua classificação, compreendendo como o homem transforma a natureza e molda o território de acordo com os interesses do capital. Neste sentido, Paiva (2013) discute a dificuldade de definir o que é urbano, ressaltando que diferentes países adotam critérios distintos, como a quantidade populacional. Por exemplo, a Escócia considera urbano áreas com pelo menos 500 habitantes, enquanto a Grécia estabelece o limite em 10.000 e o Japão em 50.000.

No entanto, Souza (2003) alerta que a quantificação populacional é um critério impreciso, pois a análise do espaço deve considerar fatores qualitativos, como as relações humanas e as atividades econômicas. A distinção entre urbano e rural deve levar em conta a realidade socioeconômica.

Nesse sentido, Souza (2003) destaca que, enquanto áreas rurais são majoritariamente voltadas para a agropecuária e o comércio local, as áreas urbanas possuem atividades mais diversificadas. Além disso, a classificação do espaço urbano pode ser influenciada por interesses econômicos, como a arrecadação de impostos, visto que o IPTU no Brasil é mais elevado que o ITR, tornando a categorização do urbano uma questão também fiscal.

Corrêa (1989) argumenta que o espaço urbano é simultaneamente articulado e fragmentado. As articulações ocorrem por meio das ações humanas, como investimentos de capital e transações financeiras, enquanto a fragmentação se manifesta nas desigualdades sociais. O espaço urbano, portanto, integra diferentes partes da cidade, independentemente da proximidade física.

A transição do espaço rural para o urbano impacta a vida das pessoas, pois altera seu ritmo cotidiano. Lefebvre (2011) aponta que a industrialização na Europa acelerou esse processo, levando camponeses a migrar para as cidades, o que transformou o espaço urbano e suas dinâmicas. Portanto, Corrêa (1989) também discute os agentes produtores do espaço urbano, fundamentais para compreender a formação da região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo eles: 1) Proprietários dos meios de produção, especialmente industriais; 2) Proprietários fundiários; 3) Promotores imobiliários; 4) O Estado; e 5) Grupos sociais excluídos.

Esses agentes apresentados por Corrêa (1989) atuam de maneira interligada, influenciando a dinâmica da acumulação de capital e a organização do espaço urbano. Os agentes produtores do espaço urbano incluem os proprietários dos meios de produção (industriais), proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Suas ações ocorrem dentro de um marco regulatório que favorece a classe dominante.

Os proprietários dos meios de produção precisam de grandes áreas de terra, mas seus lucros são afetados pela especulação fundiária, o que encarece terrenos e imóveis, impactando aluguéis e pressionando os trabalhadores por salários mais altos (Corrêa, 1989).

Esse conflito pode levar indústrias a se deslocarem para áreas mais baratas, vendendo seus antigos terrenos com lucro. Um exemplo disso é o bairro de Neves, em São Gonçalo (RJ), onde antigas áreas industriais se valorizaram para o mercado imobiliário.

Os proprietários fundiários buscam a valorização do solo, principalmente convertendo terras rurais em urbanas. A localização influencia o valor das terras: áreas próximas ao mar ou arborizadas são valorizadas e destinadas às classes altas, enquanto regiões de mangues ou alagadiças tendem a ser ocupadas por populações de baixa renda. Isso evidencia desigualdades na distribuição do espaço urbano e reforça a segregação socioeconômica.

Os proprietários fundiários lucram com a transformação da terra rural em urbana, especialmente em áreas valorizadas. Regiões periféricas são segmentadas conforme sua atratividade: áreas nobres são destinadas às classes altas, enquanto locais desfavorecidos, como mangues ou terrenos alagadiços, são ocupados por populações de baixa renda.

Desde a década de 1940, o loteamento foi um meio de obtenção de lucro, especialmente em cidades como São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Os promotores imobiliários buscam terrenos estratégicos para garantir a rentabilidade dos investimentos, focando em locais com potencial de valorização. A expansão da metrópole fluminense reflete essa dinâmica, impulsionada pela migração e pela busca por novos mercados imobiliários.

O Estado, por sua vez, atua como regulador e investidor, mas suas ações favorecem as classes dominantes. Ele viabiliza investimentos no setor imobiliário por meio de políticas habitacionais que beneficiam apenas parte da população. Além disso, concentra melhorias em infraestrutura e serviços nos espaços ocupados pelos grupos economicamente privilegiados, reforçando a desigualdade socioespacial. A desigualdade de investimentos no espaço urbano gera privilégios para a classe dominante, resultando em desigualdades espaciais.

A valorização do solo em determinadas regiões encarece a moradia e expulsa a população de baixa renda para áreas periféricas e favelas. O Estado, ao atuar como regulador do solo, mantém uma relação estreita com o mercado imobiliário. Como aponta Maricato (1996), desde o início do século XX, os governos negociam a divisão do solo com empresas do setor, frequentemente em tentativas de eliminar favelas.

Esse processo favorece a especulação imobiliária e encarece regiões com alta demanda, agravando a segregação socioespacial. Entretanto, os trabalhadores também são agentes transformadores do espaço. Como destaca Corrêa (1989), eles resistem e modificam suas áreas de moradia como estratégia de sobrevivência. Com o tempo, melhoram suas residências e pressionam o Estado por infraestrutura. No entanto, essa valorização pode acabar expulsando ainda mais os mais pobres, reforçando o ciclo de desigualdade urbana.

2 - São Gonçalo como a Grande Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A estrutura urbana é marcada por relações de poder e desigualdade espacial. A centralização das atividades econômicas nos grandes centros gera a valorização do solo urbano, tornando-o inacessível para a população de baixa renda, que se desloca para regiões periféricas.

Esse fenômeno, analisado por Corrêa (1989), ocorre pela busca de lucro das empresas e pela especulação imobiliária, resultando na expansão urbana e no surgimento de novas áreas metropolitanas. O crescimento populacional e a concentração de infraestrutura fazem com que algumas cidades se transformem em metrópoles.

Para Santos (1993), as regiões metropolitanas possuem um núcleo urbano central e são formadas por múltiplos municípios interligados por fluxos de pessoas e mercadorias. Assim também, Lencioni (2017) acrescenta que a metropolização está ligada à dinâmica econômica, com espaços metropolitanos sendo altamente integrados e outros mais isolados.

No caso do Rio de Janeiro, a valorização do solo urbano e a expulsão de moradores de baixa renda impulsionaram a ocupação de áreas periféricas como São Gonçalo, sendo facilitada pelas redes de transportes. Segundo Silva (2016), a necessidade de moradia e a busca por emprego motivaram o crescimento dessa região, tornando o movimento pendular uma característica marcante.

No entanto, a precariedade do transporte público e a segregação espacial agravam as condições de vida dos trabalhadores, sendo intensificada pelas horas perdidas no trânsito diário, dificultando ainda mais a vida dos moradores dessa região. Além disso, a especulação imobiliária gerou vazios urbanos, aguardando valorização para serem comercializados, essa transformação do solo urbano aumentou a pressão por mais moradias e a especulação acabou expulsando parte da população mais pobre nos principais eixos de circulação da cidade.

Diante deste cenário o Estado atua como mediador entre o capital e as demandas sociais, investindo tanto em infraestrutura para valorizar o solo quanto em habitação popular para aliviar pressões sociais. São Gonçalo exemplifica esse processo, com antigas fazendas e indústrias sendo loteadas para fins residenciais, seguindo a lógica da mercantilização do solo urbano, isso já acontece por volta da década de 1940 segundo Paiva (2013), sendo intensificado após a abertura da ponte Rio-Niterói.

A expansão da região metropolitana e da zona periférica está relacionada a fatores históricos e econômicos, sendo influenciada pela centralidade urbana. No Rio de Janeiro, essa dinâmica se fortaleceu com a concentração de atividades na cidade, impulsionada por infraestruturas como ferrovias e rodovias desde o final do século XIX.

A metropolização se acentuou com a industrialização, a migração e a criação da Região Metropolitana em 1974, impulsionada pela fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, dinamizando o espaço geográfico do Leste metropolitano do Rio de Janeiro.

Após a transferência da capital federal para Brasília, a região passou por desindustrialização, tendo a perda de competitividade, porém com o crescimento do setor terciário, isto não significa que os trabalhadores em sua maioria tiveram a carteira de trabalho assinada, já que parte dessa leva de desempregados viram a oportunidade de obter renda no trabalho informal, aumentando assim as taxas de pobreza (Lencioni, 2017).

Diante do cenário econômico do Rio de Janeiro, acabou percebendo que a sua economia se viu cada vez mais dependente de serviços, enquanto sua periferia se expandia com o aumento das ocupações urbanas.

A crise econômica da década de 1980 reforçou esse cenário, com a redução da renda dos trabalhadores e a intensificação da terceirização e da precarização do trabalho. A urbanização desigual e a especulação imobiliária consolidaram um modelo de metropolização marcado por desigualdades sociais e econômicas.

Tabela 1 – População residente, por município, na porção Leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no período de 1940-2010.

Municípios	População residente							
	1940 (1)	1950 (1)	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Itaboraí	15 362	19 472	31 956	54 544	95 723	139 493	187 479	218 008
Guapimirim	3 774	7 026	8 631	14 467	23 188	28 001	37 952	51 483
Magé	19 627	29 735	50 445	98 556	143 414	163 733	205 830	227 322
Maricá	18 892	18 976	19 468	23 664	32 618	46 545	76 737	127 461
Niterói	146 414	186 309	245 467	324 246	397 123	436 155	459 451	487 562
São Gonçalo	85 521	127 276	247 754	430 271	615 352	779 832	891 119	999 728
Tanguá	9 008	10 756	9 783	11 368	40 895	23 249	26 057	30 732

Fonte: IBGE e Fundação CEPERJ. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2012. População presente.

Conforme apresentado na tabela 1, entre 1940 e 2010, a população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro cresceu expressivamente, impulsionada pela crise econômica e pela reestruturação produtiva. A população de baixa renda buscou terrenos mais baratos na periferia, resultando em ocupações irregulares em áreas sem infraestrutura adequada, como mangues e regiões sem saneamento, onde podemos assistir mais tarde a formação de espaços favelados no município de São Gonçalo.

O mercado imobiliário e a especulação fundiária influenciaram nessa dinâmica, levando à segregação socioespacial. Além disso, muitos espaços ocupados na periferia não são reconhecidos pelo governo como áreas legais, esse aspecto também nos ajuda a entender o aumento no número de favelas.

O mapeamento urbano passou a ser utilizado pelo IBGE a partir de 2022, feito remotamente por imagens de satélite, contribui para a marginalização dessas comunidades, dificultando políticas públicas eficazes. Maricato (1996) aponta que mais de 50% das cidades brasileiras possuem habitações ilegais, e a rigidez das leis urbanas favorece a corrupção na aprovação de projetos habitacionais. A desigualdade no investimento em infraestrutura também é evidente, com maior concentração de recursos nas áreas centrais, empresariais e condomínios exclusivos, onde há maior pressão política por melhorias.

A questão habitacional em São Gonçalo reflete a problemática da desigualdade socioespacial no Brasil, marcada pelo modelo urbano capitalista e pela exclusão das classes populares. Desde o início do século XX, a urbanização foi conduzida para favorecer os detentores dos meios de produção, marginalizando a população de baixa renda e contribuindo para a expansão das favelas.

O crescimento urbano acelerado, impulsionado pela migração rural, intensificou a precariedade habitacional e a segregação socioespacial. A partir da década de 1990, com o avanço do neoliberalismo e o fim do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o acesso à moradia tornou-se ainda mais difícil, levando a um aumento da ocupação de terras desvalorizadas e sem infraestrutura. O mercado imobiliário, favorecido por políticas públicas, privilegiou os interesses privados em detrimento da população pobre.

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado para mitigar o déficit habitacional, beneficiou muitas famílias, mas não alterou significativamente a realidade de cidades como São Gonçalo, onde a oferta de moradias populares não acompanhou a demanda, perpetuando a desigualdade, como podemos observar na tabela 2 (Cardoso; Jaenisch, 2014).

Tabela – 2 Tabela da população da região metropolitana do Rio de Janeiro, do programa Minha Casa e Minha Vida.

Município	Domicílios Particulares Permanentes 2010	Deficit Habitacional (projeção para 2010)	Domicílios criados pelo PMCMV	Impacto do PMCMV no total de domicílios do município
Rio de Janeiro	2.144.445	134.767	56.733	2.65%
Belford Roxo	145.677	17.332	9.475	6.50%
São Gonçalo	325.882	26.816	6.056	1.86%
Duque de Caxias	269.353	32.522	5.596	2.08%
Nova Iguaçu	248.186	1.284	5.309	2.14%
Queimados	42.209	5.036	3.872	9.17%
Magé	70.394	12.839	2.782	3.95%
Maricá	42.810	4.677	2.079	4.86%
São João de Meriti	147.450	8.863	1.768	1.20%
Niterói	169.237	21.682	1.577	0.93%
Itaguaí	33.910	2.528	1.205	3.55%
Itaboraí	69.422	12.594	1.169	1.68%
Seropédica	24.256	2.491	646	2.66%
Tanguá	9.658	1.297	462	4.78%
Japeri	28.409	7.310	436	1.53%
Nilópolis	50.514	2.190	346	0.68%
Mesquita	53.103	4.486	204	0.38%
TOTAL	**3.874.915**	**321.475**	**99.715**	**2.57%**

Fonte: Observatório das Metrópoles (2010).

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) teve um impacto relativamente pequeno no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, onde foram construídas 14.125 unidades habitacionais, com Maricá sendo o município mais beneficiado proporcionalmente à sua população, conforme apresenta a tabela 2.

No entanto, a maior parte dos investimentos foi destinada ao Rio de Janeiro, que recebeu 56,90% das unidades como aponta a tabela 2. A região do Leste Metropolitano, incluindo São Gonçalo, Itaboraí, Magé

e Maricá, consolidou-se historicamente como uma área periférica para famílias de baixa renda, mantendo um intenso fluxo pendular para Niterói e a capital. Embora o programa tenha ajudado muitas famílias, a questão habitacional vai além dos números, sendo afetada por desafios como congestionamento urbano, violência e migração para outras regiões. O último censo do IBGE (2022) levanta questões sobre os impactos da moradia na dinâmica cotidiana e nas mudanças populacionais da região.

Tabela 3 – População dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Municípios da RMRJ	População residente	Taxa de crescimento populacional em %
Belford Roxo	483.087	0,04
Cachoeiras de Macacu	56.943	0,38
Duque de Caxias	808.161	-0,47
Guapimirim	51.696	0,07
Itaboraí	224.267	0,24
Itaguaí (RJ)	116.841	0,23
Japeri	96.289	0,07
Magé	228.127	0,02
Maricá	197.277	3,71
Mesquita	167.127	— 0,06.
Nilópolis	146.774	— 0,58.
Niterói	481.749	— 0,1
Nova Iguaçu	785.867	0,01
Paracambi	41.375	— 1,11
Petrópolis	278.881	— 0,49.
Queimados	140.523	0,15
Rio Bonito	56.276	0,1
Rio de Janeiro	6.211.223	— 0,15
São Gonçalo	896.744	— 0,9
São João de Meriti	440.962	— 0,33
Seropédica	80.596	0,78
Tanguá	31.086	0,06

Fonte: IBGE, 2023. Adaptado pelo autor.

São Gonçalo sofreu uma significativa perda populacional em comparação aos demais municípios do Leste Metropolitano, enquanto Maricá apresentou um crescimento de 3,71%, impulsionado por investimentos em saúde, educação e infraestrutura, grande parte financiado pelos royalties do petróleo. A migração de gonçalenses para Maricá reflete a precariedade de serviços públicos, segurança e transporte na região periférica, segundo a tabela 3 é perceptível essa mudança.

O último Censo do IBGE que aconteceu em 2022 mostra uma mudança na dinâmica populacional do Rio de Janeiro, com uma desaceleração no crescimento metropolitano e até uma redução populacional em alguns municípios como podemos observar Nilópolis, Mesquita, São Gonçalo e Paracambi são alguns exemplos. Problemas como violência, domínio territorial de grupos armados, crise política e falta de infraestrutura têm contribuído para a saída de moradores (Lago, 2015).

A crise urbana é agravada pelo enfraquecimento do Estado na oferta de serviços e investimentos públicos, alinhada ao impacto do neoliberalismo e da desindustrialização do Rio de Janeiro desde os anos 1990. Esse cenário acentua desigualdades e a expansão de favelas, marcadas pela estigmatização e exclusão social, refletindo uma crise estrutural nas cidades da metrópole (Lencioni, 2017).

3 - O processo de urbanização em São Gonçalo, entre o avanço do mercado imobiliário e a produção dos espaços favelados, a favela da Chumbada como exemplo.

A urbanização em São Gonçalo teve início entre o final do século XIX e o início do século XX, impulsionada pela presença de indústrias no distrito de Neves e por investimentos do Estado e do setor privado nessa região, deu início a urbanização (Paiva, 2013). Esse crescimento urbano resultou na formação de espaços favelados mais tarde, temos como exemplo a favela da Chumbada, reflexo da dificuldade de acesso à moradia para a população de baixa renda no período em que a expansão urbana criou vazios urbanos para a especulação.

Devemos aqui lembrar que a favela da Chumbada é uma das outras diversas favelas existentes no município de São Gonçalo, vamos ter ela como exemplo para facilitar a compreensão da formação dos espaços favelados.

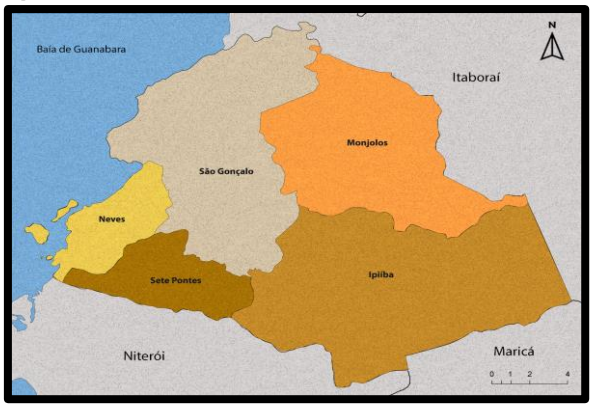
A expansão das favelas no Rio de Janeiro tem forte ligação com a formação das favelas em São Gonçalo, isto ocorreu paralelamente à chegada de trabalhadores de baixo poder aquisitivo de outras regiões do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, forçando muitos a buscarem terrenos mais acessíveis, principalmente nas franjas urbanas.

São Gonçalo, devido à sua proximidade com a capital do país na época, tornou-se um destino atrativo para essa população que viu a cidade do Rio de Janeiro sendo transformada na área central, concomitante a crise cafeeira, com a consequente migração do capital para a área urbana, tal fato tinha levado à valorização do solo e à segregação socioespacial foi uma das causas desse processo (Paiva, 2013).

A Reforma Pereira Passos no início do século XX intensificou a expulsão da população pobre do centro carioca, ampliando a ocupação tanto das áreas próximas ao centro, como nas regiões periféricas. Como resultado, São Gonçalo se consolidou como uma alternativa habitacional mais acessível, facilitada pelas redes de transporte, como o transporte hidroviário, ferroviário e o rodoviário (Campos, 2007).

Segundo (Paiva, 2013) o município de São Gonçalo, antes distrito de Niterói, tornou-se independente em 1922, permitindo maior planejamento urbano e desenvolvimento em regiões distritais como Neves e Sete Pontes, que já apresentavam sinais de urbanização devido à sua conexão com Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro, logo abaixo temos os distritos de São Gonçalo e a ligação destes com Niterói, aliás, o bairro Barreto em confluência com os distritos de Neves e Sete Pontes acabaram formando uma área industrial, isto acelerou a urbanização, dando início ao processo de conurbação, conforme apresenta a figura 1.

Figura 1 - Os distritos do município de São Gonçalo.



Fonte: Gomes, 2022, apud base no Atlas municipal escolar de São Gonçalo (2020) desenvolvido pela UERJ FFP.

Conforme apresenta a figura 1, ocorre uma proximidade dos distritos de Neves e Sete Pontes com Niterói que influenciou diretamente seu processo de urbanização, especialmente devido à instalação de indústrias.

O bairro Barreto, em Niterói, teve um papel fundamental nesse processo, pois seu desenvolvimento industrial se expandiu em direção a São Gonçalo. A industrialização da região ocorreu tanto por iniciativas dos empresários quanto por pressão política, com o Estado investindo pesadamente nesses distritos, tanto que (Paiva, 2013) já assinalava em seus escritos protestos de moradores dos outros distritos reivindicando investimentos.

Dados históricos apontados por Abreu (2008) mostram que, desde a década de 1920, o número de estabelecimentos industriais cresceu significativamente, consolidando a urbanização local e expandindo-se para o centro da cidade. Esse forte desenvolvimento industrial rendeu a São Gonçalo o apelido de “Manchester Fluminense”, evidenciando sua importância no setor produtivo e sua grande concentração de indústrias ao longo do século XX.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos industriais entre São Gonçalo e Niterói.

Número de estabelecimentos industriais entre São Gonçalo e Niterói.

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS	PERÍODO DE FUNDAÇÃO			
	1920-1930	1930-1940	1940-1948	Depois de 1948
Niterói	14	34	77	102
São Gonçalo	6	7	23	21

Fonte: Geiger (1956, p.50).

A urbanização de São Gonçalo se intensificou nos distritos de Sete Pontes e Neves quando o município passou a ser chamado de "cidade-dormitório", devido ao grande número de trabalhadores que moravam na cidade, mas trabalhavam em Niterói ou na Capital Federal (Paiva, 2013). Para atrair mais contribuintes, a prefeitura incentivou a construção de vilas operárias e concedeu isenções fiscais aos industriais que empregassem a população local, podemos notar que na tabela 4 há um aumento com o passar dos anos das indústrias.

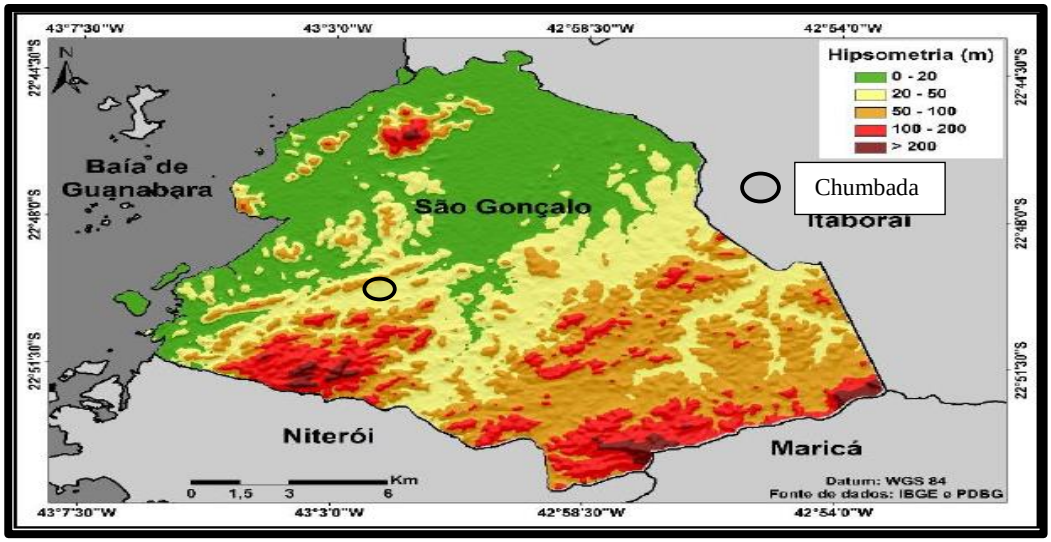
Apesar disso, segundo Modesto (2008), dados de 1950 mostram que apenas cerca de metade dos trabalhadores gonçalenses estavam empregados em indústrias do próprio município, evidenciando um

forte movimento pendular para as outras cidades. Com a construção da sede da prefeitura no centro da cidade e a pavimentação das estradas que ligavam Neves ao centro da cidade e ao bairro Alcântara, houve um intenso desenvolvimento urbano nesse eixo, pois esses bairros tinham uma ligação por uma ferrovia e depois a rodovia seguiu o mesmo caminho.

Esse processo gerou valorização imobiliária, dificultando o acesso da população de baixa renda à moradia nessas áreas centrais. Como alternativa, muitas dessas pessoas passaram a ocupar terrenos íngremes ou devolutos, menos valorizados pelo mercado imobiliário devido à dificuldade de construção.

A geomorfologia de São Gonçalo, caracterizada por planícies e morros com altitudes entre 50 e 300 metros, impactou diretamente na ocupação do solo (Menezes; Salgado, 2018). Locais como a favela da Chumbada e a Favela do Menino de Deus surgiram nesses terrenos de menor interesse para os agentes imobiliários, que, aliados ao Estado, negligenciaram essas áreas, favorecendo a segregação socioespacial no município.

Figura 2. Mapa hipsométrico de São Gonçalo (RJ).



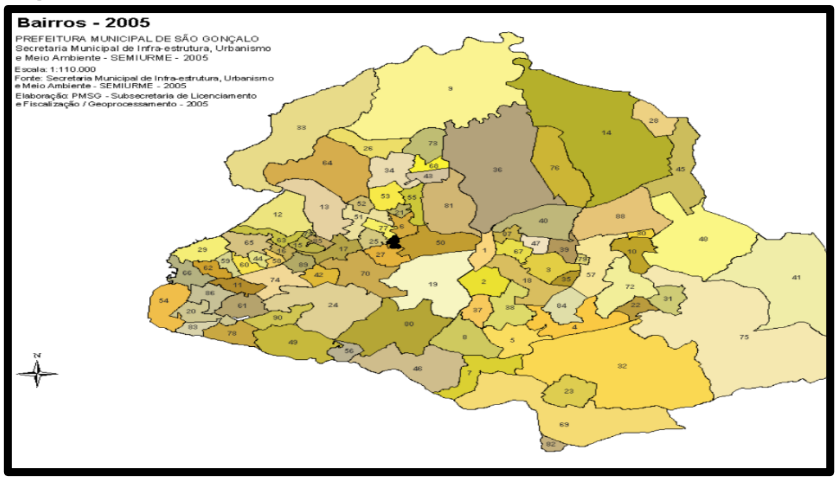
Fonte: Menezes e Salgado (2018). Adaptado pelo autor.

De acordo com a figura 2, a favela da Chumbada está localizada em uma área elevada de 100 m na região central de São Gonçalo, próxima ao Morro Menino de Deus que fica mais próximo do centro. Esses locais foram ocupados por populações de baixa renda devido à baixa atratividade para o mercado imobiliário, já que se encontram em áreas íngremes.

O relevo do município funciona como um indicador socioeconômico, pois as áreas de baixa altitude, classificadas como planícies, possuem alta densidade demográfica. Devemos aqui lembrar que esses locais mais íngremes são específicos de cada lugar, em alguns locais como em Niterói no bairro de São Francisco, algumas mansões estão exatamente nas áreas mais íngremes para facilitar a sua visão as águas da Baía de Guanabara.

A urbanização nesses locais em São Gonçalo resultou no desmatamento de matas ciliares, na canalização e aterramento de rios, contribuindo para as frequentes enchentes em períodos de chuva intensa. O crescimento urbano começou nos distritos de Sete Pontes e Neves e avançou em direção ao centro da cidade, impactando diretamente a configuração espacial. A favela da Chumbada se desenvolveu voltada para uma das principais vias urbanas do município, refletindo esse processo de urbanização e segregação territorial.

Figura 3. Mapa dos bairros de São Gonçalo.



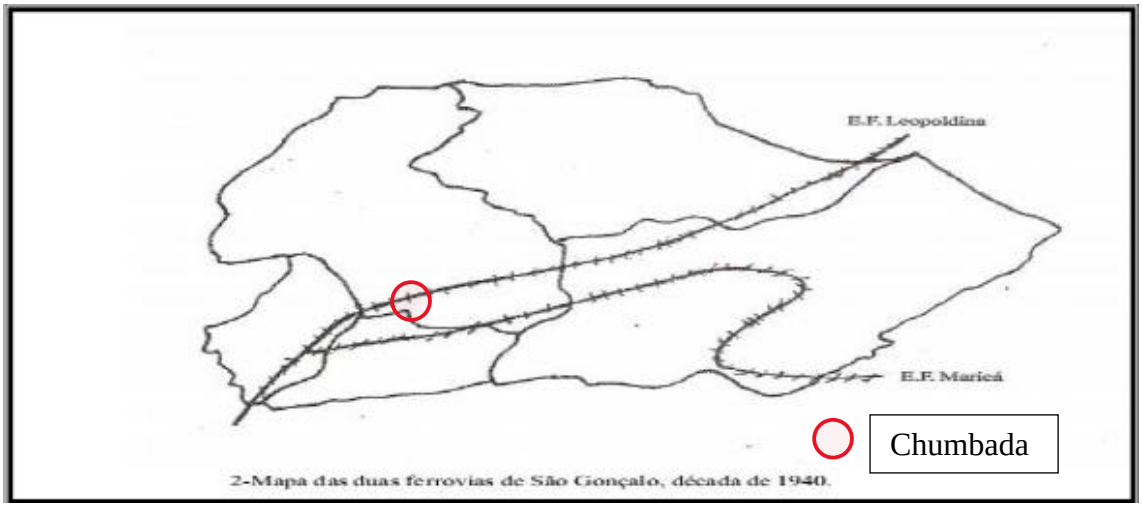
Fonte: https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros/.
Adaptado pelo autor.

A favela da Chumbada está estrategicamente localizada próxima ao centro e ao bairro Alcântara como aponta a figura 3, áreas que concentram importantes instituições públicas e privadas. A região é cercada pelos bairros Galo Branco, Mutondo, Antonina, Estrela do Norte e São Miguel, revelando sua inserção no espaço urbano do município.

A formação urbana de São Gonçalo está diretamente ligada à sua geomorfologia, influenciando a ocupação de áreas íngremes por populações de baixa renda. Além disso, a infraestrutura ferroviária teve um papel essencial nesse processo. Inicialmente destinadas ao transporte de matéria-prima para as indústrias, as ferrovias passaram a ser usadas também pelos trabalhadores, facilitando o deslocamento entre Alcântara e Neves.

Os bondes foram um meio de transporte crucial para a população, mas sua deterioração levou a protestos e à necessidade de outras alternativas, assim surgiram os trens suburbanos, como a Estrada de Ferro Leopoldina e a Estrada de Ferro Maricá, que substituíram os bondes e impactaram a ocupação urbana, especialmente nas encostas próximas às linhas ferroviárias, como ocorreu na Chumbada.

Figura 4 - Duas ferrovias de São Gonçalo no ano de 1940, a E.F. Leopoldina e a E.F. Maricá.



Fonte: Fernandes (2009, p. 24). Adaptadas pelo autor.

As linhas férreas desempenharam um papel fundamental na expansão urbana de São Gonçalo, principalmente na ocupação das áreas próximas a elas. A favela da Chumbada está localizada entre as linhas

E.F. Leopoldina e E.F. Maricá, como observamos na figura 4, cercada por bairros como Estrela do Norte, São Miguel, Antonina, Nova Cidade, Mutondo e Galo Branco.

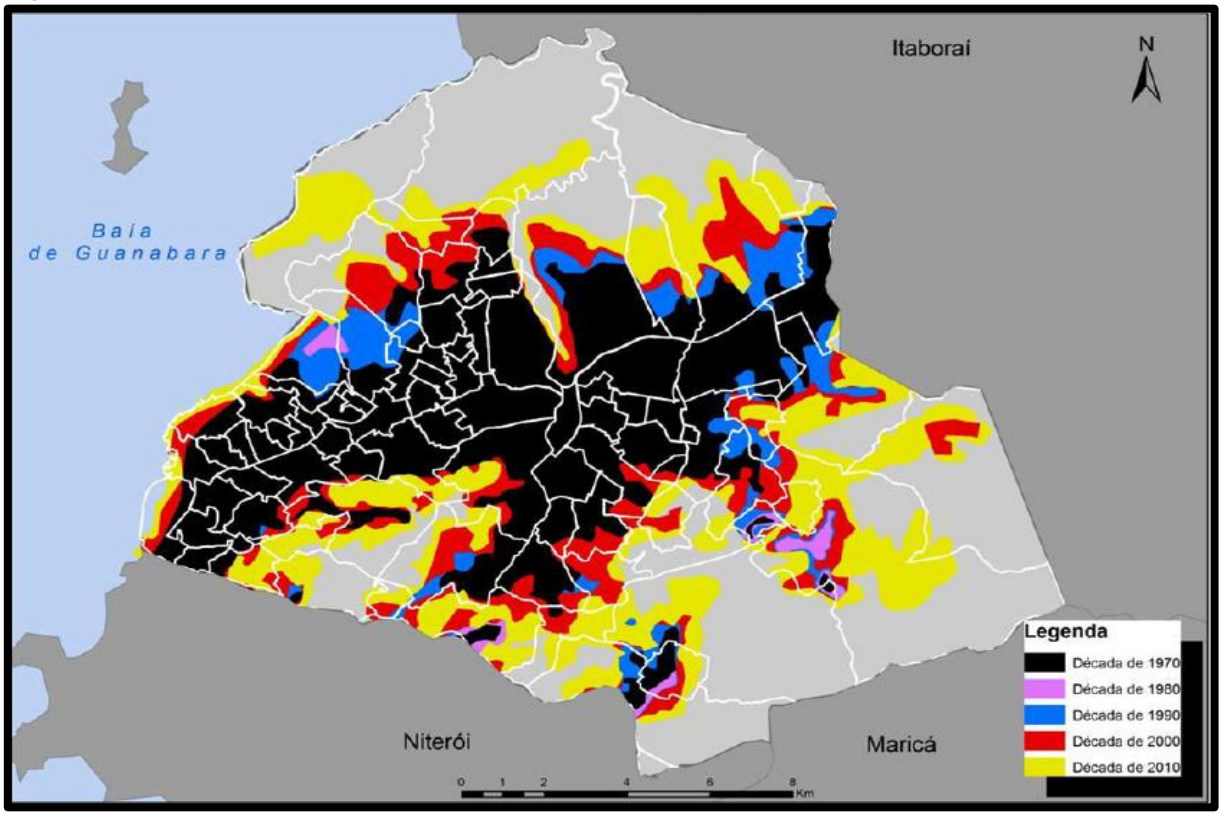
A dificuldade de acesso a terrenos valorizados fez com que o processo de autoconstrução se tornasse comum nos espaços favelados, resultando em diversas ocupações irregulares ao longo do tempo. Apesar do crescimento populacional, a infraestrutura urbana não acompanhou essa expansão, o que gerou a formação das periferias urbanas. Os trens, antes utilizados para transporte de mercadorias, passaram a atender à população trabalhadora, mas logo se tornaram insuficientes devido à superlotação e à falta de acessibilidade, a precariedade desse sistema levou ao fortalecimento dos transportes rodoviários, como os ônibus, que passaram a atender regiões que as ferrovias não alcançavam.

O surgimento da favela da Chumbada e de outras favelas em São Gonçalo está diretamente ligado ao crescimento industrial e ao aumento populacional, além da disponibilidade de loteamentos a preços acessíveis nas regiões mais distantes do eixo de ligação Neves-Centro-Alcântara.

Com a crise da produção de frutas cítricas durante a Segunda Guerra Mundial, muitos fazendeiros transformaram suas terras em loteamentos como alternativa econômica, esse processo acelerou a ocupação do município, mas a falta de infraestrutura permaneceu um problema, beneficiando apenas áreas centrais como Neves e Sete Pontes.

Podemos notar nesse outro mapa na figura 5 o eixo de urbanização de acordo com o passar dos anos, nele vamos notar que a urbanização se concentra em um eixo que liga Neves-Centro-Alcântara, bairros que acabaram sendo seguidos pela ferrovia e depois pela rodovia. Com o passar dos anos, ou seja, o mapa faz a análise a partir de 1970, vimos que essa urbanização vai se expandindo de dentro para fora, atingindo áreas mais distante do centro da cidade, em 2010, por exemplo, os lugares de urbanização estão em cores amarelas, mostrando que nesses locais a urbanização foi mais tardia.

Figura 5 - A expansão urbana em São Gonçalo, desde a década de 1970.



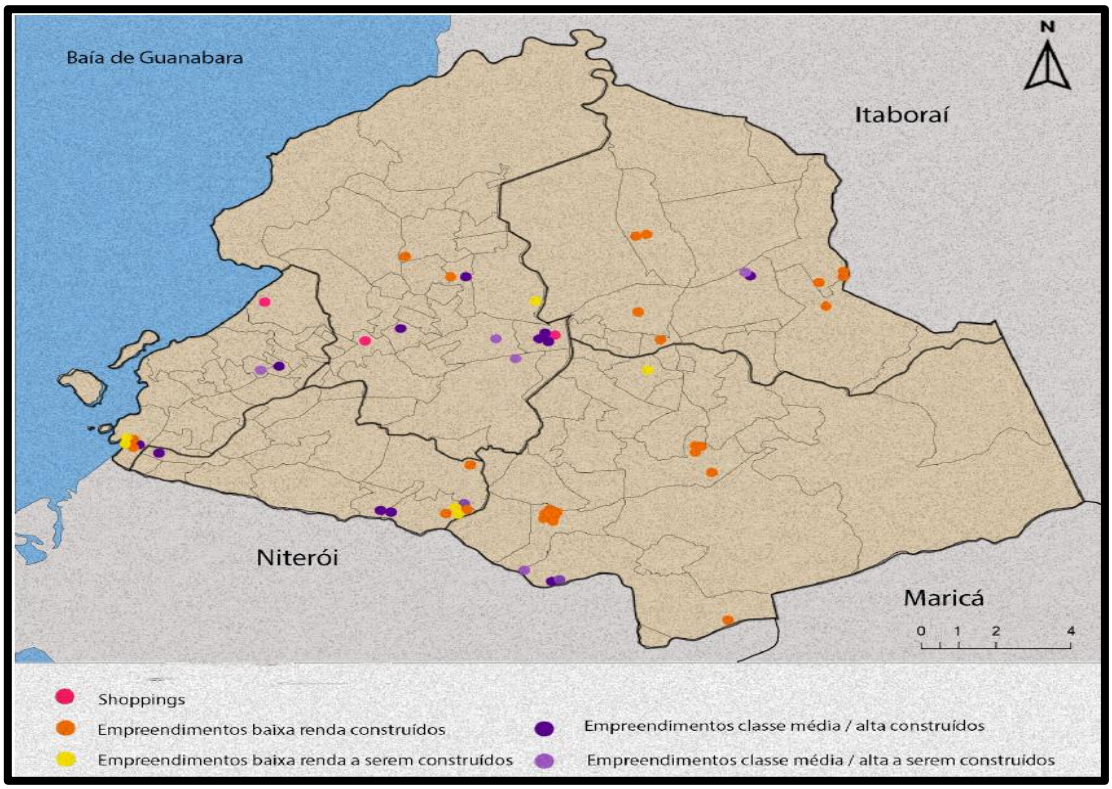
Fonte: Fernandes (2009). Adaptado pelo autor.

Destarte, o eixo urbano de São Gonçalo pode nos esclarecer diversas questões que se colocam atualmente no cotidiano dos munícipes dessa cidade, como o engarrafamento, a valorização dos imóveis próximos ao eixo e a formação de favelas.

O estudo de Gomes (2022) revela que os empreendimentos voltados para a classe média tendem a se localizar próximos a shoppings, enquanto as moradias populares se distanciam do centro da cidade.
A análise dos mapas mostra na figura 5 que a região que liga Neves – Centro – Alcântara concentra mais empreendimentos voltados para classes mais abastadas.

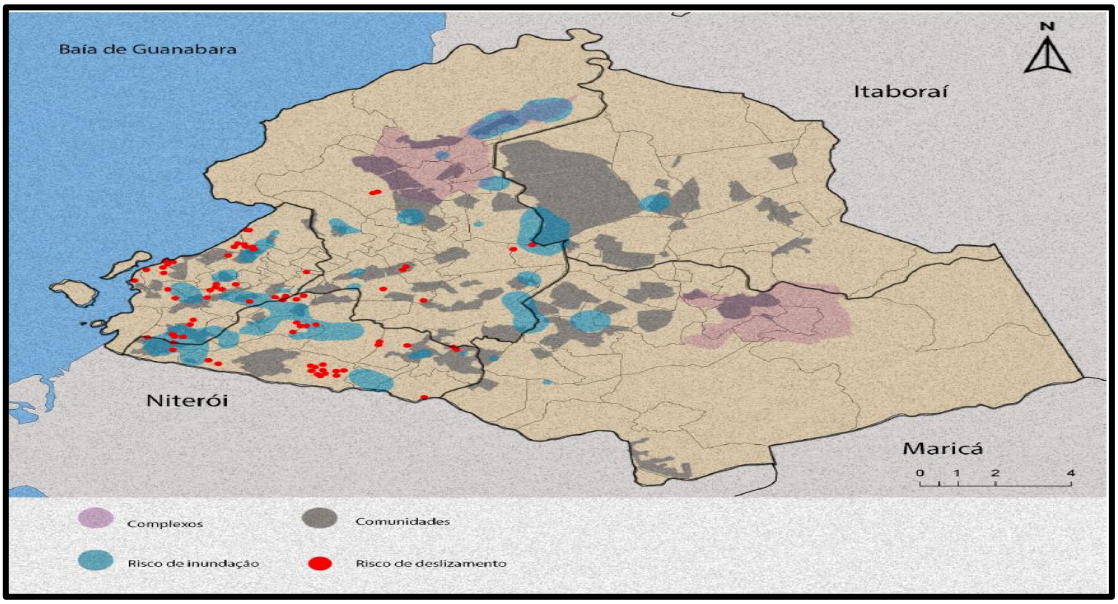
Assim sendo, Gomes (2022) destaca na figura 6 o crescimento desses empreendimentos, acompanhado também pelo aumento de comunidades no município, segundo dados do Boletim de Acompanhamento do Município de São Gonçalo, entre 2000 e 2011, o número de "assentamentos precários" passou de 74, em 2009, para 108 comunidades e dois complexos de favelas, conforme a plataforma MPRJ in Loco. Esse aumento das favelas ocorreu devido à ocupação desordenada no ponto de vista do capitalismo, uma vez que a posse legal da terra exige o cumprimento de parâmetros urbanísticos e arquitetônicos.

Figura 6 - Mapeamento de condomínios voltados para a classe média/alta x condomínios voltados para a população de baixa renda, sobreposto a localização dos shoppings.



Fonte: Gomes (2022).

Figura 7 - Mapeamento de comunidades e áreas com problemas ambientais.



Fonte: Gomes (2022).

O processo de formação urbana em São Gonçalo mostra que os complexos de favelas estão afastados do eixo principal Neves-Centro-Alcântara em parte, pois outras favelas surgem no período de formação urbana, isto corroborado pela influência da valorização do solo nessa região. Esse fenômeno se intensificou com o avanço do sistema metropolitano-financeiro, que impulsionou a construção de shoppings e a consequente demanda por moradias de alto padrão.
Como resultado, novos empreendimentos vêm sendo lançados, como o Jardim Central I, no bairro São Miguel, e o Residencial Florescer, na rua Carlos Gianelli, próximo à Av. Presidente Kennedy, uma das principais vias da cidade. Esses lançamentos de grandes incorporadoras imobiliárias, somadas a criação de shoppings centers aumentou a especulação imobiliária e fundiária, provocando uma intensa segregação socioespacial em São Gonçalo.

Com isso, as favelas vão sendo formadas e criando um espaço geográfico desigual, com bolsões de pobreza, em que o Estado não consegue suprir a necessidade de mais investimentos nas áreas mais distantes do centro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano tem as suas peculiaridades onde as transformações no espaço geográfico acontecem de maneira desigual, pois diversos agentes atuam nele com interesse privados, mas que convergem na estrutura capitalista de produção, que é a busca do lucro. Nesse processo de urbanização e a sua intensificação criam-se as metrópoles, onde temos a do Rio de Janeiro como objeto de estudo, principalmente a região do Leste Metropolitano.

É importante a análise das transformações urbanas para compreender a formação de favelas na metrópole, temos São Gonçalo um município de grande expressão populacional, os estudos das favelas podem nos auxiliar na busca de melhorias nas condições de vida desses moradores, já que muitas vezes o Estado negligência essa população.

Buscar maneiras de trazer o processo histórico de formação do espaço urbano na região Leste da metrópole fluminense, tendo São Gonçalo como ponto de partida, traz a reflexão da formação do espaço

urbano e a especulação do solo, onde a organização socioespacial se dá de maneira desigual. Os meios de transporte foram de suma importância, pois dinamizaram a organização espacial.

A mudança de uma urbanização industrial para uma financeira deu outros aspectos na transformação do espaço, onde os shoppings centers e a especulação imobiliária intensificaram a luta pelo solo, aumentando de forma exponencial a formação de favelas no município.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. **A evolução Urbana do Rio de Janeiro.** 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

CAMPOS, A. **Do Quilombo à Favela:** a produção do ‘’espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, A.; JAENISCH, S. Nova política, velhos desafios: problematizações sobre a implementação do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro. *In:* RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Revista eletrônica e-metrópole de estudos urbanos e regionais,** Rio de Janeiro, ano 5, n. 18, conjunto. 2014.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

FERNANDES, C. V. M. **Processo de urbanização de São Gonçalo:** os conflitos “identitários” da Favela da Chumbada. 2009. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.

GEIGER, P. P. Industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. **Revista Brasileira de Geografia,** v. 18, n. 4, p. 47-75, out./dez., 1956.

GOMES, M. G. **O processo de periferização em São Gonçalo (RJ):** Uma abordagem em contexto Metropolitano e Municipal. TCC (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAGO, L. C. do. **Desigualdades e Segregação na Metrópole:** o Rio de Janeiro em tempos de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política.** Belo Horizonte: UFMG. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade.** São Paulo: Centauro, 2011.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização.** Rio de Janeiro: Consequência. 2017.

MARICATO, H. **Metrópole na periferia do capitalismo:** Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENEZES, C. R.; SALGADO, C. M. Caracterização Morfométrica e de Intervenções Urbanas na Bacia Hidrográfica do Rio Imboaçu (São Gonçalo–RJ): Contribuição ao Estudo de Inundações. **Revista Formação (ONLINE),** v. 25, n. 44, jan-abr. 2018, p. 279-299.

MODESTO, N. S. A. **A (re)produção espacial em marcha na consolidação dos Grupos de Poder Hegemônico em São Gonçalo – RJ.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2008.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Plano Estadual de Habitação do Rio de Janeiro:** modificado com base no Censo Demográfico IBGE 2010. Rio de Janeiro: Ministério das Cidades, 2010.

PAIVA, R. S. **O imaginário da violência urbana em são Gonçalo –** leste metropolitano do rio de janeiro: estudo de caso sobre a favela da chumbada (2000 a 2010). Monografia (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2013.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 1993.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo. Editora: USP, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 5.ed. São Paulo: USP, 2008.

SILVA, O. T. da. **O ponto de ruptura:** reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003